

Covas paga por desapropriação superavaliada

Indenização com juros e correção chega a aproximadamente R\$ 700 milhões

FERNANDO GRANATO

A maior indenização paga pelo governo do Estado a uma só pessoa, depois de um acordo assinado nessa semana, refere-se à uma desapropriação superavaliada decretada pelo governador Orestes Quéricia em 1988. O beneficiário é o empresário Antônio João Abdalla Filho, antigo dono do terreno onde o governo construiu o Parque Villa-Lobos, na Capital. Segundo o acordo, Abdalla recebe R\$ 257 milhões, 10% a vista e o restante em 48 parcelas fixas. Os juros e correção serão pagos no próximo Orçamento. Tudo incluído, a dívida fica em cerca de R\$ 700 milhões, segundo o governo.

O Estado revelou em 1992 que essa desapropriação, feita no governo de Orestes Quéricia (1987 a 1990), foi superavaliada. Naquele ano, o juiz Roberto Caldeira Barioni, da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, negou-se a pagar a indenização — equivalente a US\$ 200 milhões, na época — por considerar a quantia "elevadíssima, inusual em qualquer desapropriação."

Depois disso, uma avaliação feita para o Estado pela Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp) confirmou as suspeitas do juiz. Segundo Luiz Antônio Pompeia, diretor da Embraesp, o terreno valia no máximo US\$ 45 milhões naquela época, já que a lei de zoneamento só permitia a construção em 5% de sua área.

Relações — O terreno do Parque Villa-Lobos pertencia à família Abdalla, que mantinha há mais de dez anos relações com o ex-colaborador Quéricia e alguns de seus colaboradores. A ligação ficou comprovada quando, em 1972, o Banco Central flagrou três empresas de Quéricia num negócio fictício com o grupo J.J. Abdalla, que já tivera parte de seus bens bloqueados na Justiça por irregularidades. Com relação à desapropriação do Villa-Lobos, a assinatura do decreto foi do então secretário de Governo de Quéricia, Antônio Carlos



O terreno do Parque Villa-Lobos: para procurador, não-pagamento poderia provocar intervenção

Mesquita — amigo pessoal de Antônio Abdalla, a ponto de utilizar seu escritório, na avenida Cidade Jardim, para encontros particulares.

O impasse causado pelo juiz Barioni fez com que Abdalla encontrasse no próprio governo Quéricia solução para seus problemas financeiros. À beira da falência, executado por credores desde 1984, ele conseguiu no Banespa um empréstimo de US\$ 8,8 milhões, oferecendo como garantia 15% dos direitos da indenização da desapropriação. Detalhe: Abdalla estava sendo executado pelo próprio Banespa na época desse novo empréstimo.

Posse — O governador Mário Covas (PSDB), em seu primeiro ano de governo (1995), chegou a pensar em devolver o terreno do Villa-Lobos a

seu antigo dono. Naquele ano, o procurador-geral do Estado, Márcio Sotelo Felipe, declarou que se tratava de uma "dívida impagável". Disse ainda que, enquanto a desapropriação não fosse totalmente paga, o go-

**ACORDO
PREVÊ
PAGAMENTO
DE 10% A
VISTA E
RESTANTE EM
48 PARCELAS**

verno poderia devolver o terreno: "O Estado tem apenas o uso, mas não a posse do imóvel."

O governo, entretanto, optou pelo pagamento da desapropriação depois de um acordo. Segundo o mesmo procurador-geral, foi a opção mais interessante, porque Abdalla aceitou receber em 48 parcelas, com juros e correção

rolados para o próximo Orçamento. "É preciso que fique claro que não estamos pagando porque queremos, mas sim porque somos obrigados, já que é uma dívida juridicamente exequível", afirmou o procurador-geral do Estado.

"Do contrário ficaríamos passíveis de intervenção no Estado."

O acordo foi assinado mesmo com a existência de um inquérito civil público, na Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo, que apura possíveis irregularidades na desapropriação. O inquérito foi aberto em 1994, pelo então procurador-geral de Justiça, José Emmanuel Burle Filho, que suspeitou de desvio de finalidade no ato da desapropriação e de superavaliação do terreno.

Além do inquérito, foi proposta à Justiça ação popular contra a desapropriação. A ação popular foi proposta pelo ex-vereador Walter Feldman (PSDB), autor do projeto que previa a construção do parque. Feldman agora é o secretário da Casa Civil do governo Covas — o mesmo governo que vai pagar a indenização a Abdalla.

A Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo alegou ontem que, por problemas em seus computadores, não poderia informar sobre o andamento do inquérito civil público aberto para apurar irregularidades na desapropriação do parque.

OESP
17/5/97 A-6
140